

ORGANIZADORES
LEONARDO HALLEY CARVALHO PIMENTEL
IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER

A hand holding a yellow flower against a textured wall with a shadow.

REABILITAÇÃO

TEORIA E PRÁTICA



ASSOCIAÇÃO
REABILITAR

PRESIDENTE BENJAMIM PESSOA VALE

Expediente

Direção editorial: Ana Kelma Gallas
Supervisão técnica: Edson Rodrigues Cavalcante
Diagramação: Kleber Albuquerque Filho
TI Publicações OMP Books: Eliezyo Silva



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

P644r
PIMENTEL, Leonardo Halley Carvalho;
CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias.
Reabilitação: Teoria e Prática [livro eletrônico]
/ Leonardo Halley Carvalho Pimentel e Izabel Herika
Gomes Matias Cronemberger (Orgs.). São Paulo:
Lestu Publishing Company, 2022.

701 f. online

ISBN: 978-65-996314-4-3

DOI: 10.51205/lestu.978-65-996314-4-3

1. Reabilitação. 2. Saúde. 3. Trabalhos de
Reabilitação. 4. Habilitação. 5. I. Autor(a). II.
Título. III. Editora. IV. DeCS.

CDD - 343.6

Índices para catálogo sistemático:

1. DeCS (Descritores na Área de Saúde) em Catálogos
Sistemáticos = Reabilitação. Habilitação.
Recuperação das funções humanas. Avaliação
das deficiências humanas. Recuperação de função
fisiológica.

"Os conteúdos dos artigos publicados são de total responsabilidade dos autores e autoras."

Todos os livros publicados pela Editora Lestu Publishing Company estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



A Lestu Publishing Company é uma editora que acredita na Ciência Aberta. Permitimos a leitura, download e/ou compartilhamento do conteúdo desta obra para qualquer meio ou formato, desde que os textos e seus autores sejam adequadamente referenciados.

LESTU PUBLISHING COMPANY

Editora, Gráfica e Consultoria Ltda
Avenida Paulista, 2300, andar Pilotis
Bela Vista, São Paulo, 01310-300,
Brasil.

editora@lestu.org

www.lestu.com.br

(11) 97415.4679

Imagens da obra:
Canva (Creative Commons)

ORGANIZADORES
LEONARDO HALLEY CARVALHO PIMENTEL
IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER

REABILITAÇÃO

TEORIA E PRÁTICA



3

Reabilitação/habilitação intelectual no centro integrado de reabilitação

Maria Andréia da Nóbrega Marques

A reabilitação é tema da saúde e dos direitos da pessoa com deficiência. Nessa perspectiva, obedece ao princípio de que todos têm o direito de desfrutar das condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento. O objetivo da reabilitação é o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. O Centro Integrado de Reabilitação (CEIR) foi inaugurado em Teresina para realizar atendimentos de média e alta complexidade voltados para pessoas com deficiência no Piauí. No CEIR, de início, teve o funcionamento da Reabilitação/Habilitação Física (RHF) e, posteriormente, após habilitação da instituição pelo MS como Centro Especializado em Reabilitação (CER) III, foram implantadas a Reabilitação/Habilitação Intelectual (RHI) e a Reabilitação/Habilitação Auditiva (RHA). Esse texto tem por objetivos apresentar o processo de implantação e o funcionamento da RHI no CEIR, bem como descrever o perfil dos usuários atendidos nesse serviço de reabilitação.

A reabilitação é tema da saúde e dos direitos da pessoa com deficiência. Nessa perspectiva, obedece ao princípio de que todos tem o direito de desfrutar das condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento. Com base na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146, de 06 de julho de 2015, em seu art. 2º, compreende-se pessoa com deficiência

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Também conforme essa lei, a reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Quase 24% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora, mental e/ou intelectual. A população total de pessoas com deficiência residentes no Brasil, identificada pelo Censo Demográfico 2010, passa de 45.606.048, sendo que 860.430 estão no Piauí. Dentre as regiões do Brasil, a maior incidência de deficiência ocorre no Nordeste, com taxa de 26,63%, e o estado do Piauí tem a taxa de 27,59%, acima dos índices nacional e da região Nordeste (IBGE, 2012).

O Ministério da Saúde (MS) instituiu diretrizes e instrutivos para a implementação e implantação dos serviços de reabilitação, e para a reabilitação/habilitação das pessoas com deficiência (BRASIL, 2014; BRASIL, 2020). Conforme esses documentos e seguindo a regionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), o usuário deve ser atendido, prioritariamente, no serviço mais próximo de sua residência, que deve dispor de estrutura física e funcional, e de equipes multiprofissionais devidamente qualificadas e capacitadas para a assistência especializada em reabilitação para pessoas com deficiência.

No dia 5 de maio de 2008, o Centro Integrado de Reabilitação (CEIR) foi inaugurado em Teresina para realizar atendimentos de média e alta complexidade voltados para pessoas com deficiência no Piauí. Esse projeto foi resultado de uma ação do Governo do Estado em parceria com o Governo Federal e gerido pela Associação Reabilitar, organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e de interesse social.

Os serviços do CEIR foram construídos seguindo o modelo de funcionamento da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), de São Paulo, e do Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CER), de Goiânia, instituições parceiras e que possuem uma história de sucesso no campo da reabilitação. No CEIR, de início, teve o funcionamento da Reabilitação/Habilitação Física (RHF) e, posteriormente,

após habilitação da instituição pelo MS como Centro Especializado em Reabilitação (CER) III, foram implantadas a Reabilitação/Habilitação Intelectual (RHI) e a Reabilitação/Habilitação Auditiva (RHA). Esse texto tem por objetivos apresentar o processo de implantação e o funcionamento da RHI no CEIR, bem como descrever o perfil dos usuários atendidos nesse serviço de reabilitação.

Reabilitação/habilitação intelectual (RHI) no CEIR

De acordo com Brasil (2020), os serviços de reabilitação com modalidade intelectual devem prestar atendimento e garantir linhas de cuidado em saúde nas quais sejam desenvolvidas ações voltadas à funcionalidade, à cognição, à linguagem, à sociabilidade e ao desempenho de habilidades necessárias para pessoas com deficiência intelectual e/ou com Transtorno do Espectro Autista. Entende-se por serviços de reabilitação intelectual aqueles que

[...] atendem às pessoas com deficiência que têm impedimentos temporários ou permanentes; progressivos, regressivos ou estáveis; intermitentes ou contínuos de natureza mental e/ou intelectual, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2020).

O serviço da Reabilitação/Habilitação Intelectual (RHI) no Centro Integrado de Reabilitação (CEIR) funciona no âmbito da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Anexo VI (Origem: PRT MS/GM 793/2012). As atividades desenvolvidas nesse serviço começaram no dia 24 de março de 2015 e foram organizadas de acordo com os Instrutivos de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014), documento que objetiva nortear a implementação e a implantação de serviços de reabilitação e o cuidado às pessoas com deficiência.

Conforme os Instrutivos de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual (BRASIL, 2020), a reabilitação é uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar dos profissionais de saúde e o envolvimento direto da pessoa com deficiência, dos familiares e dos atendentes pessoais nos processos de cuidado. As ações para reabilitação devem ser estabelecidas a partir das necessidades singulares de cada indivíduo, considerando o impacto

da deficiência sobre sua funcionalidade, bem como fatores emocionais, ambientais, comunicacionais, sociais e o desempenho ocupacional (BRASIL, 2020).

Clínicas de Deficiência Intelectual (DI), de Síndrome de Down (DOWN) e de Transtorno do Espectro Autista (TEA) na RHI

A RHI no CEIR atende a pacientes com diagnóstico de Deficiência Intelectual (DI), de Síndrome de Down (DOWN) e/ou de Transtorno do Espectro Autista (TEA), recebidos por triagem marcada via online pelo SUS no Posto de Saúde ou na Secretaria de Saúde do município. A admissão na RHI ocorre por consulta médica, em que são realizados a anamnese e o exame físico, de forma detalhada, o diagnóstico e, quando necessários, solicitados exames, realizados encaminhamentos e/ou prescrição de medicamentos ou equipamentos. Na situação, a depender da idade e do quadro clínico do paciente, este pode ser encaminhado para procedimentos da reabilitação, para outras consultas pela equipe clínica (nutrição, enfermagem, neuropediatria, fisioterapia, dermatologia, urologia, cardiologia, otorrinolaringologia e ortopedia) ou para os serviços do centro de diagnóstico e da oficina ortopédica da instituição. A avaliação global é realizada pela equipe da reabilitação e com a presença do paciente e de seus familiares/responsáveis. Tem por objetivos acolher, reconhecer o perfil clínico e social atual, identificar as demandas e estabelecer o Projeto Terapêutico Singular (PTS) do paciente. O PTS é construído a partir de avaliação interdisciplinar e colaboração dos familiares/responsáveis, em que, a depender da idade e das demandas avaliadas, são estabelecidos os encaminhamentos para orientações, avaliações e/ou terapias de reabilitação. Crianças com menos de quatro anos de idade tem prioridade nos atendimentos e são direcionadas às terapias de reabilitação logo após a consulta de admissão, sem participar da avaliação global.

Compõem a equipe de terapeutas da RHI profissionais de psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, reabilitação desportiva, musicoterapia, arteterapia e serviço social. Todos os pacientes admitidos na RHI recebem atendimentos individuais ou em grupo e seus familiares/responsáveis participam do curso aos pais e recebem orientações individuais. Seguindo o que foi planejado no seu PTS, cada paciente pode ser atendido em grupo de estimulação, grupo Aprender, grupo de habilidades socioemocionais, oficina de atividades

sensoriais, grupo de reabilitação neuropsicológica, oficina de comunicação, oficina de linguagem e/ou oficina de atividades funcionais.

Após concluir o PTS na RHI, recebendo alta das terapias, os pacientes são encaminhados para o Ambulatório de Certificação de Habilidades, onde são atendidas por profissional da medicina e da psicologia, recebem alta do CEIR e encaminhamentos para seu acompanhamento pela atenção básica.

Clínica de Microcefalia na RHI

Após a epidemia do Zika vírus, que afetou de forma grave o nordeste do Brasil, em março de 2016 dois protocolos foram publicados pelo Ministério da Saúde (MS), o de “Vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central (SNC) versão 2.1” e o protocolo de “Atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia”. Nesse último documento ficou estabelecido que crianças com microcefalia e prejuízos do desenvolvimento neuropsicomotor beneficiam-se de programa de estimulação precoce, que objetiva estimular a criança e ampliar suas competências, abordando os estímulos que interferem na sua maturação, para favorecer o desenvolvimento motor e cognitivo.

No Piauí, a partir desse protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia, foi planejada e instituída a clínica de Microcefalia na RHI do CEIR para atender às crianças confirmadas para



Fonte: arquivo CEIR

Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou por outras síndromes causadas por sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes vírus (STORCH). Essas crianças são encaminhadas pela Maternidade Dona Evangelina Rosa, em Teresina-PI, para vagas específicas destinadas à consulta de admissão da clínica de Microcefalia.

Segundo esse protocolo, a criança deve ser inserida no programa de estimulação precoce, permanecendo até os três anos de idade. O programa segue as diretrizes do Ministério da Saúde para a estimulação precoce de crianças de 0 a 3 anos, lançadas também em 2016. Em dezembro daquele ano, 70 crianças (Dados: cadastro de atendimentos do CEIR) de Teresina e outros municípios do Piauí, diagnosticadas com microcefalia, estavam participando do programa de estimulação precoce na RHI do CEIR, com atendimento individual de fisioterapia e de terapia ocupacional, Grupo de Estimulação Precoce, com atendimento de psicologia e fonoaudiologia; Curso aos Pais, ministrado pela equipe de reabilitação; e Grupo Acolher, conduzido por profissional da psicologia e direcionado às mães das crianças.

Após completar três anos e participar do programa de estimulação precoce, por pelo menos seis meses, as crianças recebem alta desse programa e são reavaliadas quanto ao perfil, em discussão de caso por profissionais da equipe de reabilitação. A depender do seu perfil, cada criança é, então, encaminhada para outra clínica na RHI ou RHF para iniciar programa de reabilitação, ou é encaminhada para o Grupo de Orientação Continuada e para o acompanhamento pela atenção básica, com posterior alta da instituição.

Orientações e Terapias por Teleatendimento na RHI

As orientações e terapias na modalidade de teleatendimento na RHI foram procedimentos criados em função do momento de distanciamento e isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em 2020, seguindo as medidas higiênico-sanitárias relacionadas à prevenção do COVID-19, preconizadas pela Organização Mundial da Saúde, pelo Governo do Estado do Piauí, pela Prefeitura Municipal de Teresina e pelo Setor de Segurança do Trabalho do CEIR, para oferecer mais segurança a todos os colaboradores, pacientes e seus familiares/responsáveis.

Na RHI, foram iniciados por teleatendimento as atividades de Orientações, Grupo de Estimulação Precoce, Grupo de Estimulação Integrativa, Curso aos Pais e Grupo Intensivo de Habilidades, nas clínicas de DI, DOWN ou TEA; bem como Grupo de Estimulação Precoce e Grupo de



Imagem: arquivo CEIR

Orientação Continuada, na clínica de Microcefalia. Os demais atendimentos continuaram apenas na modalidade presencial.

Para os teleatendimentos na RHI, foram adquiridos tablets, webcam com microfones, sala em plataforma virtual e equipamentos para filmagens de vídeos. Para essas atividades, os terapeutas foram treinados para a utilização da plataforma específica, para gravação e edição de vídeos, bem como para os atendimentos seguindo os novos protocolos.

Perfil dos pacientes atendidos na reabilitação/habilitação intelectual no CEIR

Para Reabilitação/Habilitação Intelectual (RHI) no Centro Integrado de Reabilitação (CEIR) são elegíveis crianças de até 11 anos, 11 meses e 29 dias, recebidos por Triagem Reabilitação Intelectual Infantil com: Diagnóstico de Deficiência Intelectual (DI); Diagnóstico de Síndrome de Down (DOWN); ou Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Também são elegíveis crianças de até três anos, confirmadas para Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou por outras síndromes causadas por sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes vírus (STORCH). Tem atendimento prioritário na RHI do CEIR as crianças com diagnóstico de DI, DOWN e/ou TEA até quatro anos de idade; e as com diagnóstico de Microcefalia, até três anos de idade.

Não são elegíveis para atendimentos na RHI do CEIR, usuários que possuem diagnóstico de DI, DOWN e/ou TEA, porém com deficiência em nível grave ou profundo; que possuam diagnóstico prévio de transtornos psiquiátricos que se sobressaem ao diagnóstico elegível; e que não apresentem retaguarda de transporte e/ou retaguarda familiar ou social.

Na RHI do CEIR são atendidos em média 200 pacientes ao mês, seguindo o recomendado pelo Ministério da Saúde para esse tipo de modalidade de reabilitação. Contudo, no Piauí, a demanda para reabilitação intelectual é expressiva e há carência de outras instituições que realizem esse atendimento às pessoas com DI, DOWN e/ou TEA, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em março de 2020, antes da suspensão dos atendimentos do CEIR por quatro meses, devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a RHI estava atendendo, de forma presencial, 231 pessoas (considerando números de atendidos na semana de 16 à 20 de março): 74 da clínica de DI, 35 da clínica de DOWN, 99 da clínica de TEA e 23 da clínica de Microcefalia. Dessas, 172 são residentes em Teresina e as demais em outros municípios do Piauí (Dados: cadastro de atendimentos do CEIR).

Após cinco meses, em média, de suspensão das atividades de reabilitação da RHI, em agosto de 2020, os atendimentos retornaram, gradativamente, por teleatendimento ou de forma presencial, seguindo medidas higiênico-sanitárias relacionadas à prevenção do COVID-19, preconizadas pela Organização Mundial da Saúde, Governo do Estado do Piauí, Prefeitura Municipal de Teresina e Setor de Segurança do Trabalho do CEIR, além de critérios específicos da RHI, como perfil clínico, retaguarda de transporte, retaguarda familiar ou social, além das características específicas das terapias de reabilitação.

Em março de 2021, um ano após o início da pandemia causada pelo COVID-19, 187 pacientes estavam recebendo os atendimentos de reabilitação na RHI do CEIR, de forma presencial e/ou por teleatendimento (considerando números de atendidos na semana de 01 a 05 de março). Desses pacientes, 50 são da clínica de DI, 38 da clínica de DOWN, 83 da clínica de TEA e 16 da clínica de Microcefalia (Dados: cadastro de atendimentos do CEIR). Vale ressaltar que muitas crianças continuaram com seus atendimentos suspensos seja por se recusar a comparecer de forma presencial devido às limitações impostas pela pandemia, seja por não dispor dos recursos de comunicação necessários para o teleatendimento.

Considerações finais

Desde 2015, a Reabilitação/Habilitação Intelectual (RHI) no Centro Integrado de Reabilitação (CEIR) funciona de acordo com as diretrizes e os instrutivos do Ministério da Saúde, atendendo, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pacientes com Deficiência Intelectual (DI), Síndrome de Down (DOWN), Transtornos do Espectro Autista (TEA) e, após 2016, crianças com diagnóstico de Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de outras síndromes causadas por sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes vírus (STORCH).

O funcionamento e as atividades da RHI no CEIR tem adequações e melhoramentos atendendo às necessidades institucionais, mas também para responder às demandas de saúde da população, como exemplo da implantação da Clínica de Microcefalia devido à epidemia do Zika vírus e dos teleatendimentos durante a pandemia do COVID-19.

A RHI no CEIR, em Teresina, funciona buscando atender a capacidade de 200 pacientes ao mês. Contudo, é contínua a existência de fila de espera por vaga, com um número de pacientes nessa fila bem superior ao número de vagas para atendimento nessa instituição. Devido a essa situação e considerando os direitos da pessoa com deficiência, compreende-se que há necessidade de políticas públicas para garantir o atendimento a todos que necessitam de reabilitação intelectual no Estado.

Referências bibliográficas

BRASIL, Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** – Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Instrutivos de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual**. Ministério da Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika [Internet]**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central (SNC) [Internet]**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Instrutivos de Reabilitação Auditiva,**

Física, Intelectual e Visual. Ministério da Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)** / Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86p.: il. ISBN 978-85-334- 2089-2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. **Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 184 p.: il. ISBN 978-85-334-2434- 0.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

PIAUÍ. Decreto nº 19.076, 01 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial da União. Anexo IV do Pacto de Retomada organizada no Piauí COVID-19 – Pro Piauí - Protocolo específico nº 009/2020. **Orientações para empregadores, trabalhadores e pacientes dos serviços de psicologia:** medidas de prevenção e controle da disseminação do SARS-COV-2 (COVID-19). Teresina: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, 2020.